
RECRUTAMENTO POLÍTICO PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS: ORIGEM PROFISSIONAL POLICIAL, MILITAR E RELIGIOSA DOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS (2010-2022)

Gabriel de Almeida Oliveira¹
Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas²

RESUMO: Este artigo analisa a origem profissional de deputados federais brasileiros eleitos entre 2010 e 2022, com foco nas profissões ligadas a polícia, militares e religião. Tem como objetivo descrever o aumento no número de deputados federais com essas ocupações e entender as novas dinâmicas da representação política no Brasil. A pesquisa analisa, por meio de dados quantitativos, as mudanças ao longo desses anos e considera as profissões declaradas pelos candidatos no registro de suas candidaturas junto à Justiça Eleitoral. Como conclusão, verificou-se um aumento significativo do número de deputados com origens militares, policiais e religiosas nas eleições de 2010 a 2022, indicando uma mudança na representação política brasileira.

Palavras-chave: Deputados Federais. Origem Profissional. Policiais. Militares. Religiosos.

ABSTRACT: This article analyzes the professional backgrounds of Brazilian federal deputies elected between 2010 and 2022, with a focus on professions related to the police, military, and religious sectors. The objective is to describe the increase in the number of federal deputies with these occupations and to understand the new dynamics of political representation in Brazil. The research examines, through quantitative data, the changes over these years, considering the professions declared by candidates in their electoral registration with the Electoral Court. As a conclusion, a significant increase in the number of deputies with military, police, and religious backgrounds was observed in the elections from 2010 to 2022, indicating a shift in Brazilian political representation.

Keywords: Federal Deputies. Professional Backgrounds. Police. Military. Religion.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6982-2614>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1125064702225487>. E-mail: gabriel_almeida86@hotmail.com.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0186-6709>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7577348144144829>. E-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A eleição geral de 2018 foi caracterizada pela nova configuração de forças em nível nacional. Dentre tais mudanças, cita-se o rompimento da dualidade PT-PSDB nas eleições presidenciais, iniciada em 1994 (Borges; Vidigal, 2018), e a ascensão de atores políticos oriundos de partidos, até então, com poucos representantes no Legislativo, como é o caso do Partido Social Liberal (PSL), que elegeu o Presidente da República, Jair Bolsonaro, cinquenta e dois deputados federais, quatro senadores e três governadores.

Em 2018, o PSL foi o caso mais emblemático dessa ruptura com a até então dinâmica eleitoral nas eleições gerais do país. Junto com o crescimento do PSL e a eleição de Bolsonaro para a presidência da República, observou-se um forte discurso militarista e evangélico, como base do que veio a ser denominado de bolsonarismo. Isso também repercutiu na ocupação dos cargos legislativos, sobretudo para a Câmara dos Deputados.

Roeder (2016) demonstra um crescimento de partidos de direita em 2014 na Câmara Federal. Isso decorreu de uma conjuntura que vinha do aumento da desconfiança em relação às instituições representativas e da polarização política, especialmente, no contexto após jornadas de junho de 2013.

A partir disso, busca-se, nesse artigo, analisar a origem dos deputados federais eleitos, com foco naqueles que possuem ocupação profissional militar, policial e religiosa. Assim sendo, visa apresentar, de forma descritiva, a ampliação do número de deputados federais com este tipo de profissão, como forma de compreender as novas dinâmicas da representação política brasileira.

A começar com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), intentou-se analisar as alterações numéricas dos deputados federais eleitos com as profissões religiosas, policiais militares, e foram escolhidos os quatro últimos pleitos (2010, 2014, 2018 e 2022). Para tanto, estruturou-se este artigo em cinco seções: além desta introdução e das considerações finais, as duas próximas trazem breves reflexões sobre recrutamento político e acerca do capital político proveniente da origem profissional dos candidatos, por fim, apresentam-se alguns dados do processo de ampliação da representação dos segmentos de policiais, militares e evangélicos na Câmara dos Deputados.

2 O PROCESSO DE RECRUTAMENTO POLÍTICO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Em cada eleição, é comum verificarmos representantes sendo eleitos com perfis distintos em termos sociais e econômicos, especificamente quando falamos de representantes do Poder Legislativo, em todos os âmbitos da Federação (nacional, estadual e municipal), por possuírem mais espaços para eleitos. O modo como os cargos eletivos são colocados em disputa é pautado em tipos de processos eleitorais; no caso brasileiro, eleições majoritárias e proporcionais, sendo as primeiras para eleição de mandatários do poder Executivo e senadores, e as segundas são destinadas à eleição de parlamentares (vereadores, deputados estaduais e federais).

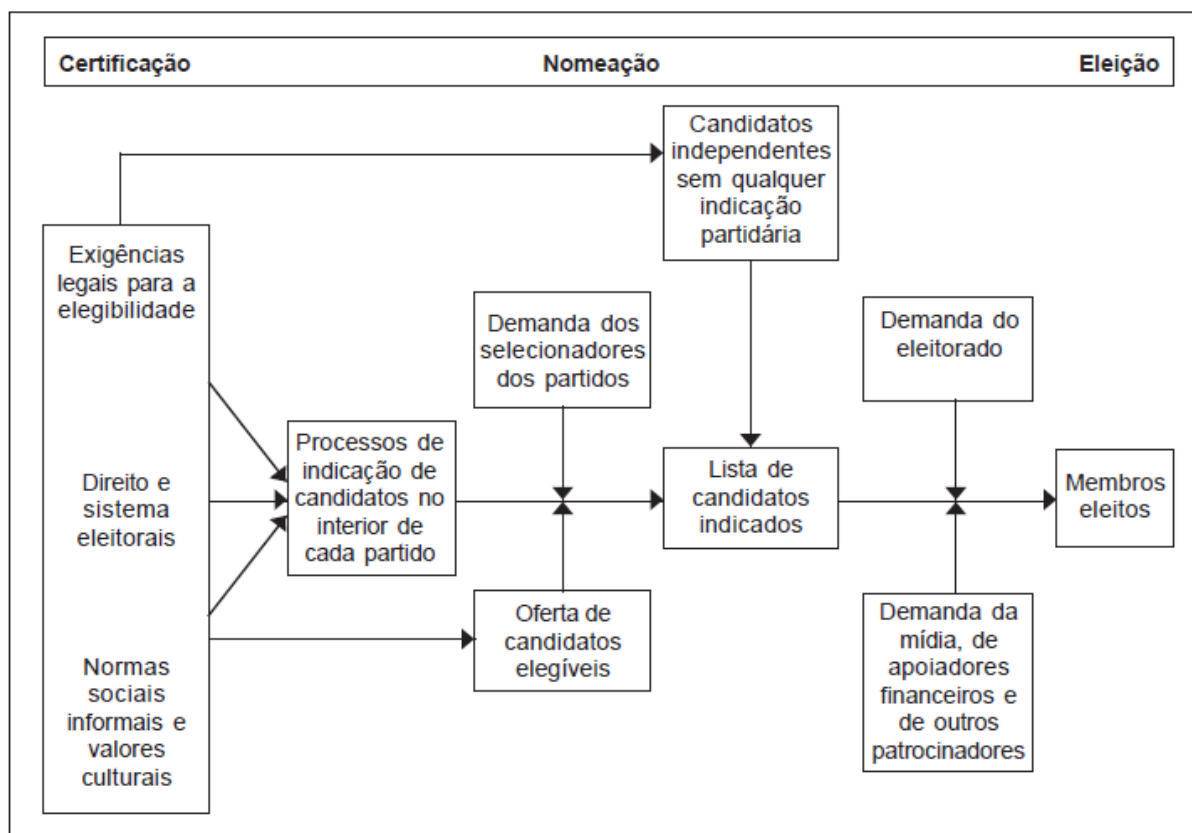
Entretanto, antes das eleições, existe ainda um conjunto de processos que as antecedem, no que se refere a quem de fato disputa os pleitos. Neste sentido, a seleção de candidatos compõe parte de um processo maior, denominado de recrutamento político, em que indivíduos ingressam na vida política e se desvinculam de suas ocupações originais (Czudnowski, 1975; Braga; Bolognesi, 2013).

Aqui, os partidos políticos são atores centrais em toda a tomada de escolha de representantes para os pleitos, bem como preenchimento de funções governamentais em caso de governos que fazem parte do acordo. Assim, “uma das funções clássicas dos partidos políticos refere-se ao seu papel de indicar candidatos para os postos políticos em todos os níveis de governo” (Norris, 2013, p. 11).

Mas, para além da função de montar gabinetes ou coalizões, os partidos políticos são fundamentais no processo de seleção de todos os candidatos a disputarem as eleições, em que cada tipo de processo eleitoral, majoritário ou proporcional, tem regras e procedimentos comuns adotados.

Desta forma, o foco deste artigo está nas indicações partidárias para as competições eleitorais, de forma a observar as principais características que são levadas em consideração no processo de escolha. Assim, utilizando a perspectiva de Norris (2013), entendemos que há um procedimento detalhado, em que são observadas características de três cunhos distintos: (1) formalidades, (2) legalidade e (3) valores de ordem social e cultural. A Figura 1, produzida por Norris (2013, p. 12), exemplifica o processo:

Figura 1 - Modelo do processo de seleção de candidatos.



Fonte: Norris (2013, p. 12).

No que se refere à seleção dos candidatos pelos partidos políticos, é preciso levar em consideração que a escolha é em parte constituída pela análise de características eminentemente sociais e culturais, dado que

O estudo sociológico das elites políticas há muito se ocupa em documentar a composição dos parlamentos, a transformação gradual das elites legislativas em termos de sua classe ocupacional, idade, escolaridade, gênero e etnia, bem como as consequências para a democracia representativa que resultam desses padrões (Norris, 2013, p. 17).

As variáveis mencionadas compõem o perfil socioeconômico dos candidatos, que consolida seu capital social, econômico e cultural. Assim, tais conceitos são fundamentais para compreendermos o que é levado em consideração na escolha de candidatos para disputas eleitorais, cabendo uma análise mais aprofundada. As profissões correspondem neste artigo a unidade de análise para interpretar o capital social.

Assim, no mundo político, especificamente no que se refere ao processo eleitoral, a participação dos indivíduos é condicionada aos elementos social, econômico e institucional, isto é, estas são condições básicas para o sucesso dentro do contexto eleitoral. Este processo acabou por obrigar os agentes políticos a adquirirem diversos tipos de capital (social, político, econômico), como forma de se projetarem politicamente. Isso facilita o recrutamento de políticos oriundos de estratos sociais com maiores possibilidades de acesso a esses capitais, conformando determinado perfil social de elite política.

Portanto, podemos falar na existência de elementos condicionantes para a entrada no campo político. São elementos cuja existência cria condições que permitem aos agentes que possuam um determinado perfil socioeconômico consigam ocupar posições de elite ou, dizendo de outra maneira, que favorecem a entrada e a permanência no campo de agentes que possuam determinados tipos de capitais, ou que possam facilmente adquiri-los (Souza, 2015, p. 59).

Desta maneira, o capital econômico, apesar de compor, de certo modo, o capital social, é composto e analisado a partir de fatores materiais, como dinheiro, terras, fábricas e todo o conjunto de bens econômicos ou relacionados a investimentos culturais que possam estabelecer um vínculo econômico de curto e longo prazo (Bonamino; Alves; Franco; Cazelli, 2010). O capital econômico também é compreendido aqui pelo conjunto dos meios de produção, como terras, fábricas e trabalho, especificamente; as projeções econômicas serão consideradas como bens materiais, patrimônio e recursos financeiros (Catani *et al.*, 2017).

No que se refere ao capital social, é possível considerar a análise de Pierre Bourdieu como pioneira no quesito sistematização deste conceito (Portes, 2000, p. 134).

Para haver uma compreensão sobre a natureza das variáveis, é imprescindível evidenciar que existem duas formas diferentes de trabalhar com o capital social, como afirmam Bonamino, Alves, Franco e Cazelli (2010, p. 489):

Em particular, o papel das famílias na construção do capital social tem sido abordado pela literatura por dois ângulos. O primeiro examina a construção do capital social no interior das redes familiares e a importância disso para o desenvolvimento escolar e cognitivo dos filhos. O segundo ângulo focaliza o papel das famílias na construção de capital social extrafamiliar, ou seja, em redes fora do lar e no interior de contextos econômicos, estatais e/ou comunitários, formais e informais.

Em ambos os ângulos, existe a inserção da ação coletiva, isto é, mecanismos não institucionais de mobilização e participação social, na qual esta seria fortalecida por meio do capital social.

Em virtude desse entendimento, é pertinente explicar como Putnam, Leonardi e Nanetti (1993) compreendem o capital social. A princípio, os autores o conceituam como o envolvimento individual em atividades coletivas para a construção de redes de confiança recíprocas. Assim, no contexto em que se propõe trabalhar o capital social, isto é, no meio de indivíduos políticos, é possível afirmar que o envolvimento individual destas pessoas busca construir relações sociais que possam gerar frutos que tenham como fim seu amadurecimento político, não obstante, “se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação” (Higgins, 2005, p. 29).

3 O CAPITAL POLÍTICO, AS PROFISSÕES DOS ELEITOS E A RELAÇÃO ENTRE TAIS VARIÁVEIS

No que se refere ao entendimento do capital político adotado neste estudo, entende-se que a ocupação de posições de lideranças por parte dos candidatos analisados corrobora para o desenvolvimento do seu capital político. Assim, o método posicional é capaz de detectar em que medida os candidatos detinham influência nas posições públicas que eventualmente ocuparam. Speck e Mancuso (2013) sistematizaram como se deu o acúmulo de capital político para candidatos à Câmara Federal, nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014, o qual é sistematizado em alto, médio e baixo capital político.

O alto capital político é compreendido nos níveis institucional, onde identifica a presença do vínculo formal do candidato a funções públicas; no reputacional, no qual está presente o reconhecimento do candidato por seus pares enquanto ocupante daquele cargo; por fim, o aspecto decisional, que percebe até onde vai a capacidade do candidato em tomar decisões e gerar influência (Speck; Mancuso, 2013).

O médio capital político que Speck e Mancuso (2013) adotam é sistematizado enquanto a ocupação, por parte dos candidatos, de funções dentro dos partidos que compõem a coalizão de governo gera maior influência para captarem quaisquer tipos de recursos a seus financiadores e apoiadores. Já o baixo capital político é detido por aqueles candidatos que não se encaixam em nenhuma das descrições anteriores.

Nesta linha de raciocínio, é possível também reiterar que tais agentes políticos buscam beneficiar-se da falta de ações do Estado que poderiam conceder a viabilização da associação social dos indivíduos, ou seja, os indivíduos políticos procuram desenvolver seu capital social de modo que as pessoas dependam, em certo nível, das ações desses indivíduos. Baquero (2003)

corroborar este pensamento, ao sustentar que um Estado ineficiente, com baixa credibilidade, está mais apto à promoção de conflitos institucionais negativos, levando à criação de relações paternalistas e clientelistas. Silva (1995) também explica:

As relações de amizade, as escolhas matrimoniais, as profissionais e posições ocupacionais tendem a ser culturalmente homogêneas. As relações sociais também formam redes de comunicação que poderão ser acionadas para a obtenção de vantagens, recursos ou para a formação de novos contatos que por sua vez garantem o acesso a novas vantagens e novos recursos (Silva, 1995, p. 27).

Observar e aproveitar estas oportunidades são inerentes a indivíduos políticos que possuem certa experiência e profissionalismo nesta carreira. O foco no processo de profissionalização vem desde Weber, em reflexões sobre política, como vocação, do início do século XX (Weber, 1996). Passou-se a entender a necessidade do estudo sistemático acerca da profissionalização da política nas democracias contemporâneas, que permitem à Ciência Política compreender de forma sistematizada o processo de recrutamento eleitoral e, conseqüentemente, de composição dos postos de poder. Nesse sentido, a carreira política é acessada por indivíduos que dispõem de vontade para participar da política institucional, bem como fazer o uso de recursos necessários para obter êxito eleitoral, sejam materiais ou simbólicos (Miguel; Marques; Machado, 2015, p. 721).

Nos estudos sobre o recrutamento político no Poder Legislativo brasileiro, seja em qualquer esfera da Administração Pública, é inerente considerar que a competição eleitoral é composta, principalmente, por grupos das elites políticas locais, com atuação a nível estadual e municipal. A princípio, compreende-se que, na competição eleitoral, os requisitos para fazer jus a chances reais de obter êxito na disputa vão além daqueles colocados por normas institucionais, ou seja, pela formalidade jurídica, conforme explicado por Norris (2013). Nesse processo, os partidos políticos são essenciais para garantir as indicações de candidatos competitivos e que detêm um leque de capitais à disposição para lograr êxito na disputa eleitoral. Assim, Norris (2006) corrobora:

O processo de recrutamento para os cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos, com conseqüências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e governos e para a fiscalização dos eleitos (Norris, 2006, p. 11, tradução nossa)

Sendo assim, os partidos políticos desempenham um papel fundamental como norteadores da competição eleitoral na disputa de cargos políticos em geral. Além disso, há

outras variáveis que compõem a capacidade de determinado candidato poder concorrer competitivamente às eleições, dentre as quais a formação profissional. Segundo Norris e Lovenduski (1997), profissionais como advogados, jornalistas, professores e empresários possuem maior facilidade na preparação para a vida política pelo fato de que essas ocupações têm aptidões inerentes à vida pública, que correspondem à questão da oratória e à capacidade comunicativa.

As profissões acabam sendo uma das principais variáveis que compõem a decisão dos partidos políticos durante o processo de escolha dos candidatos para as eleições, especificamente, nas eleições proporcionais. Esta é uma escolha ainda mais refinada, dada a maior quantidade de vagas disponíveis em relação às dispostas para os pleitos majoritários. Assim sendo, a ocupação de cadeiras legislativas, sobretudo na Câmara dos Deputados, parece estratégica para os partidos políticos, os grupos de interesse e, individualmente, os políticos.

Para os partidos políticos, é a certeza de que, ampliando o número de representantes na Casa, poderão ter acesso a mais recursos, via Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, chamado popularmente de “Fundo Partidário”, ou Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), denominado popularmente de “Fundo Eleitoral”. Aos grupos de interesse, ter políticos defendendo em seu proveito pode significar uma atuação mais incisiva em pautas e projetos de lei específicos, bem como nas comissões e nos debates públicos. Por fim, individualmente, para os políticos, que podem se projetar por meio da sua atuação profissional, relacionando-se ou se vinculando a grupos de interesse e se filiando a partidos políticos, como meio legal para se alcançar a representação política.

Nos últimos anos, acompanhamos o crescimento da direita no Brasil, que levou ao fim da polarização PT-PSDB, o aumento das bancadas na Câmara dos Deputados de partidos mais à direita no espectro ideológico, o crescimento das avaliações positivas em relação a militares e evangélicos, em 2018, em comparação com 2014, e também do autoposicionamento ideológico à direita, conforme o *survey* Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), sediado no Centro de Estudos sobre Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tal processo levou à eleição do presidente mais à direita desde a redemocratização brasileira e, também, ao fortalecimento de pautas políticas mais conservadoras no Congresso. Em resumo, nos últimos anos, houve uma reconfiguração da política brasileira, acompanhada por mudanças no perfil profissional dos congressistas, ampliando o número de políticos conservadores eleitores, sobretudo, daquelas categoriais mais associadas à direita, como policiais, militares e religiosos.

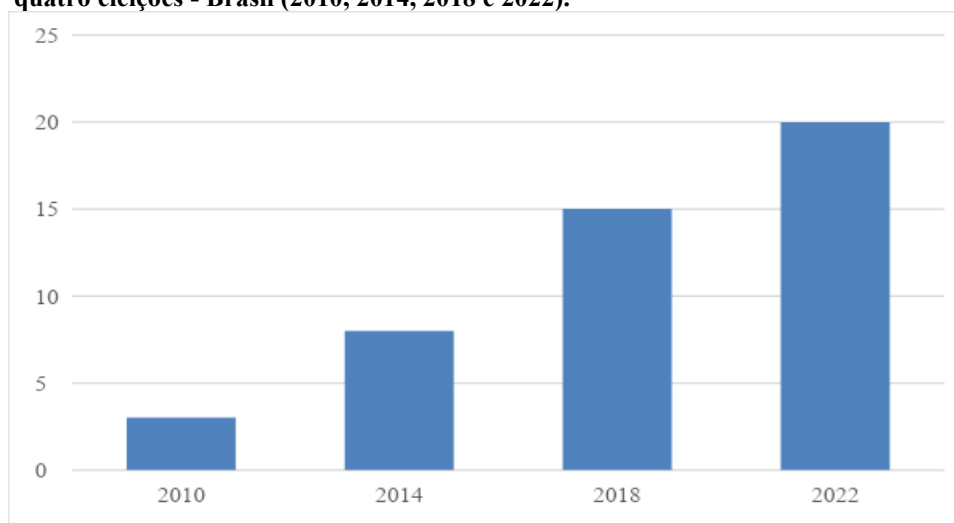
4 OS DADOS SOBRE AS PROFISSÕES CONSERVADORAS DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 2010, 2014, 2018 E 2022

Utilizando os dados referentes aos candidatos ao cargo de Deputado Federal, obtidos por meio do Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³, analisamos o perfil dos deputados federais eleitos em 2010, 2014, 2018 e 2022, sob a perspectiva de suas profissões, enfatizando, evidentemente, as carreiras propostas neste artigo: militares, policiais e religiosos.

É importante ressaltar que utilizamos a ocupação informada pelos próprios candidatos no momento de registro de sua candidatura junto à Justiça Eleitoral. Isso quer dizer que alguns problemas de ordem metodológica podem ocorrer: (1) o candidato pode exercer mais de uma profissão, fazendo escolher uma de suas ocupações (talvez a principal, ainda que não se possa afirmar isso categoricamente); (2) o candidato não necessita comprovar a ocupação profissional, apenas declará-la; e (3) o candidato pode declarar como ocupação principal “deputado”, o que pode diminuir a recorrência de deputados com origem profissional militar, policial ou religiosa, uma vez que é elevada a taxa de reeleição dos deputados federais brasileiros. Os dados e os achados deste artigo devem ser situados dentro desses limites metodológicos.

O Gráfico 1 demonstra o quantitativo total de deputados eleitos nas categorias propostas, ao longo das quatro eleições analisadas.

Gráfico 1 - Deputados Federais eleitos por categoria profissional conservadora nas quatro eleições - Brasil (2010, 2014, 2018 e 2022).



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE (2023).

³ Para mais informações, acesse: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

Para a análise, agrupamos as categorias associadas às profissões militares (Bombeiro Militar, membro das Forças Armadas, Militar Reformado e Policial Militar), policiais (Policial Civil) e religiosas (sacerdote ou membro de ordem ou seita religiosa). De forma agregada, observamos que houve um aumento paulatino do número de deputados federais eleitos com esse perfil, com um crescimento progressivo em linear ao longo dos anos. No entanto, encontrou-se um número muito mais reduzido de deputados autoidentificados nessas ocupações. Conforme nosso levantamento, a partir dos dados do TSE, foram encontrados somente 46 deputados federais eleitos com essas ocupações autodeclaradas no momento do registro da candidatura nas quatro eleições.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), por exemplo, detectou, somente em 2010, 73 representantes vinculados à bancada evangélica. Esse número tem se ampliado ao longo do tempo, alcançando 75, em 2014, e 84, em 2018.⁴ Além disso, ainda existem os demais deputados que defendem explicitamente em sua atuação causas religiosas, não somente os evangélicos. Em relação a militares, o Diap detectou também um crescimento significativo em 2018, com números bem mais expressivos do que os encontrados a partir dos dados do TSE. Analisando a bancada eleita em 2018, o relatório do Departamento indica:

[...] a Bancada da Segurança Pública, também conhecida como a “Bancada da Bala”, terá aumento significativo, passando de 35 para 61 deputados, sendo 44 novos e 17 reeleitos. Esse crescimento se deve à grande virada conservadora, que resultou na eleição de deputados de origem militar e de políticos filiados ao PSL, que tiveram como principal bandeira a alteração do Estatuto do Desarmamento (DIAP, 2018, p. 117).

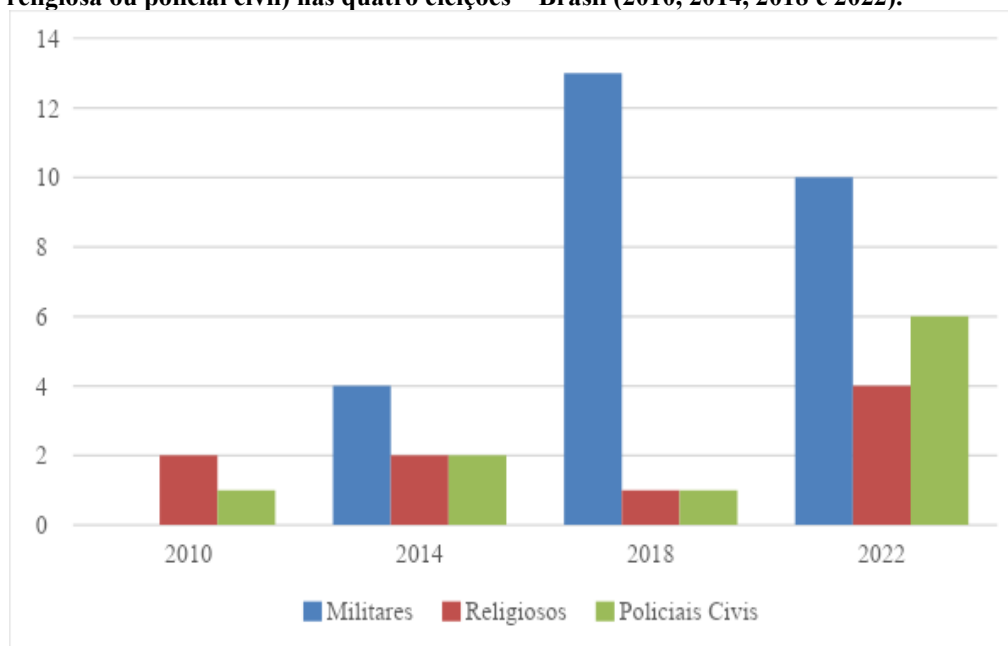
Assim sendo, é preciso ressaltar que diversos policiais se identificam como servidores públicos federais ou estaduais, que somaram 51 eleitos em 2022 em comparação a 9 eleitos em 2010; 11 em 2014 e 19 em 2018; isto é, o número de policiais eleitos também pode estar subestimado.

Mesmo trabalhando com elementos que não têm em grande conta o total de religiosos, policiais e militares, é extremamente relevante abordar a temática a partir desses dados, pois é por meio deles que conseguimos captar os eleitos que colocam como ocupação essas profissões, ou seja, desejam que o eleitor os identifique por sua atuação, especificamente, na ocupação escolhida para constar durante as eleições.

⁴ Para mais informações, acesse: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado>.

Quando se analisa o Gráfico 2, observa-se que o número de militares tem ampliado ao longo do tempo, em comparação, atingindo o pico, justamente, em 2018, quando houve a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Em 2022, houve uma queda, mas foi a categoria com maior número de eleitos dentre as três. Há um predomínio do perfil profissional de deputados federais oriundos de carreiras militares e policiais, em comparação com aqueles que possuem ofícios religiosos.

Gráfico 2 - Deputados Federais eleitos por categoria profissional conservadora (militar, religiosa ou policial civil) nas quatro eleições – Brasil (2010, 2014, 2018 e 2022).

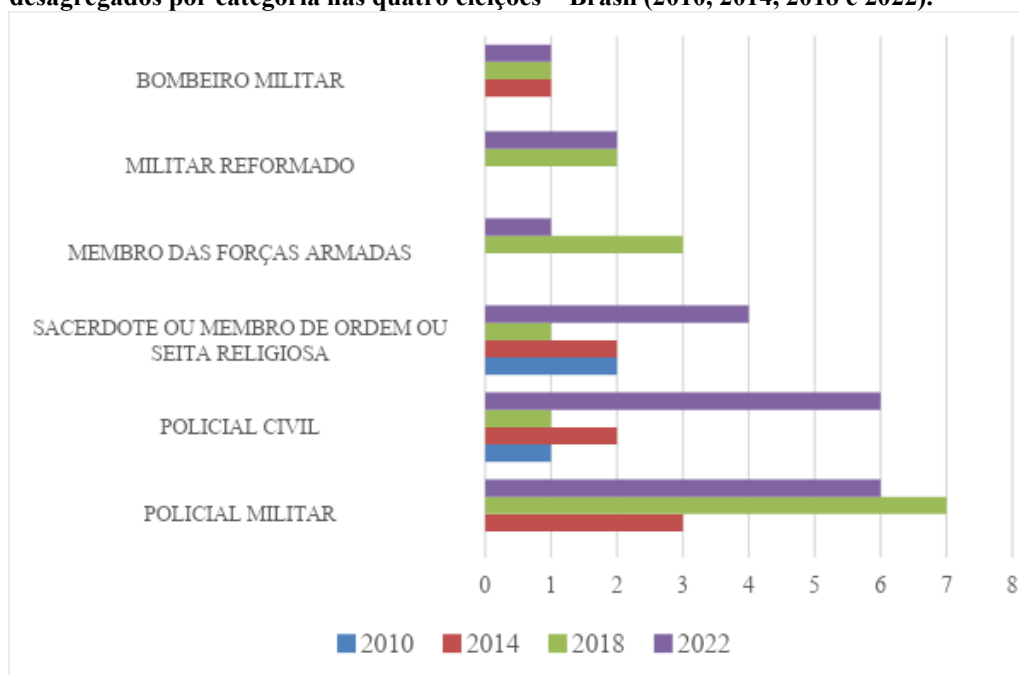


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE (2023).

Interessante observar que a categoria “religiosos” aumenta em 2022, após atingir seu menor número da série histórica em 2018, contabilizando somente um. No entanto, observa-se que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) tem tido uma tendência de crescimento ao longo do tempo. Isso quer dizer que pastores e demais religiosos possuem outras ocupações profissionais, o que indica que seu capital político pode ser constituído de diversas fontes, não somente a partir de sua relação com a base social religiosa, mas também com seus outros vínculos profissionais.

Por fim, apresentamos os dados desagregados, por meio do Gráfico 3, onde podemos perceber que, ainda que os militares sejam a categoria com maior crescimento, os policiais possuíram um desempenho bastante relevante.

Gráfico 3 - Deputados Federais eleitos por categoria profissional conservadora desagregados por categoria nas quatro eleições – Brasil (2010, 2014, 2018 e 2022).



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do TSE (2023).

A categoria profissional com maior crescimento foi a de policial, tanto civil quanto militar. O crescimento do quantitativo de policiais militares eleitos como deputado federal tem sido mais sustentável, pelo menos desde 2014. Já no referente aos policiais civis, houve um crescimento vertiginoso em 2022, igual ao número de policiais militares. Isso demonstra que compreender o aumento do total dos representantes policiais (militar ou civil) tem sido uma chave importante para entender como tem ocorrido o processo de recrutamento pelos partidos políticos, a tentativa de os policiais influenciarem na agenda política, bem como de esses indivíduos se projetarem politicamente utilizando seu capital social, transformando-o em capital político para fins de obter vitórias eleitorais e, conseqüentemente, construindo suas carreiras políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste artigo, a partir da eleição de 2010, demonstram que houve um crescimento no total de deputados federais eleitos com um perfil de profissões conservadoras, sendo estas aqui consideradas as de carreira militar e policial, bem como as de atividades religiosas.

Existem limites metodológicos expressos ao uso somente da quantidade reconhecida de autodeclaração dos candidatos disponíveis nas bases de dados do TSE, mas que apresentam

fonte confiável da ocupação informada formalmente pelos candidatos, o que indica os vínculos que os pleiteantes a deputado federal gostariam de destacar junto ao eleitorado.

Observamos que o capital político, construído a partir dos vínculos com profissões mais identificadas com visões e ideias à direita do espectro ideológico, pode ser importante para potencializar vitórias eleitorais, sobretudo em um contexto em que a direita voltou a ser um vetor explicativo para o voto do eleitor mais identificado com as plataformas políticas conservadoras. Precisamos acompanhar se as mudanças políticas que ocorreram com a eleição do Presidente da República identificado com a esquerda, Lula (PT), levarão também a um desincentivo às candidaturas que defendem pautas mais conservadoras ou se esta faz parte de uma mudança estrutural da representação política, diante do crescimento do número de evangélicos no Brasil e da mobilização de militares e policiais para ocuparem postos centrais de poder.

Assim sendo, os dados permitem a realização de pesquisas de caráter qualitativo, a fim de investigar quais causas ou fenômenos levaram a este crescimento expressivo do total de deputados federais eleitos com perfil profissional conservador. Esperamos que futuros trabalhos acadêmicos se debrucem detidamente sobre esse processo, que não ocorreu de forma abrupta, mas gradualmente, em um cenário de reconfiguração da representação política no Brasil, materializada na ocupação de cadeiras na Câmara dos Deputados.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C.; CAZELLI, S. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 487-499, set./dez. 2010.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

BRAGA, M. do S. S.; BOLOGNESI, B. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 5-9, 2013.

CATANI, A. M. *et al.* (org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CZUDNOWSKI, M. Political recruitment. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. (ed.). *Handbook of political science: micro-political theory*. Reading (MA): Addison-Wesley, 1975.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do novo Congresso: legislatura 2019-2023*. Brasília, DF: DIAP, 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=download.send&id=962&catid=13&m=0>. Acesso em: 19 mar. 2024.

HIGGINS, S. S. *Os fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó, SC: Argos, 2005.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 721–747, 2015.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. United Kingdom. In: NORRIS, P. (ed.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, P. Recruitment. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (ed.). *Handbook of party politics*. London: Sage, 2006.

NORRIS, P. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11–32, 2013.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 33, p. 133-158, 2000.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ROEDER, K. M. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos [...]*. Rio de Janeiro: ABCP, 2016. p. 1-29..

SILVA, G. O. do V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença?: gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013.

SOUZA, S. C. de. *Elites legislativas comparadas: Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996. p. 53-124.